

Negócios além-mar: a Casa comercial de Antonio José Meirelles nas bordas do Atlântico (c. 1820 - c. 1840)

Luísa Moraes Silva Cutrim

Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)

Doutoranda bolsista CAPES

luisacutrim@hotmail.com

Resumo: O artigo¹ visa analisar a trajetória dos negócios de Antonio José Meirelles a partir das suas conexões com diversas regiões ao redor do Atlântico, percebendo as relações que estabeleceu, a partir de São Luís, com diferentes portos como Lisboa, Londres, Liverpool e Angola. Meirelles foi homem de negócio atuante na região do Maranhão ao longo do século XIX. Suas interações mercantis com outras localidades no ultramar permitiram ao negociante manter negócios, crédito, alianças e dissensos. Além disso, busca-se ainda observar como o seu poderio econômico repercutiu no além-mar após sua morte, com a chegada de Portugal de duas filhas prontas para administrarem a Casa comercial deixada pelo pai e para encararem o litígio gerado em torno da herança.

Palavras-chave: Antonio José Meirelles. Negócios. Praça comercial de São Luís. Além-mar.

Introdução

Era 28 de julho de 1838 e a cidade de São Luís mantinha-se no silêncio e na penumbra de costume. Em seu sobrado na rua da Estrela, nº 47, na Praia Grande o comendador Antonio José Meirelles, já envelhecido, descansava após suas atividades diárias no comércio e principalmente no apoio político ao então presidente de província Vicente Thomaz Pires de Figueiredo Camargo². Propositalmente, ou não, os conselhos dados por Meirelles ao presidente de província naquelas semanas não incluíam organizar comemorações para lembrar da “adesão” do Maranhão a independência, ocorrida nesta mesma data, em 1823. Se na cidade aquele dia passou em branco, no jornal *Bemtevi* foi

¹ Esta pesquisa conta com o apoio financeiro da CAPES e integra o projeto: Portugueses residentes no Maranhão: a questão da propriedade nos impressos luso-brasileiros (1823-1831), financiado pelo Edital Universal FAPEMA 31/2016.

² Vicente Thomaz Pires de Figueiredo Camargo assume como presidente de província em 1837. Durante seu governo foram criados o Liceu Maranhense e o sistema de prefeituras, descentralizando funções que até então eram exclusivas da Justiça de Paz. Segundo Matthias Assunção, as prefeituras foi o que deu início a “reação centralizadora e conservadora no Maranhão”, visto que, por meio delas, o presidente (e representante do poder central) conseguiria controlar a distribuição dos cargos mais lucrativos no interior da província. Camargo era conservador e privilegiou ao longo da sua gestão a clientela conservadora na distribuição dos cargos (ASSUNÇÃO, 2015, p. 294; 334).

lembrado o dia 28 de Julho, por ter sido “triste e ignorado como os demais dias!”³. O comendador não deve ter se espantado ao saber que ele era o principal acusado pela falta de festejos em homenagem a importante data, visto que há mais de dez anos seu nome circulava em impressos ao redor do Atlântico, com críticas e elogios em diversas medidas.

Antonio José Meirelles foi homem de negócio atuante na região do Maranhão, possivelmente desde os finais do século XVIII, em função das oportunidades geradas pela Companhia Geral de Comércio. Registros sobre a personagem são encontrados a partir de 1800, com passaporte pedindo licença para viajar até Lisboa⁴; nos anos seguintes aparece recebendo postos militares⁵. Com a posição consolidada, além dos postos militares, Meirelles também recebe, em 1818, uma das principais distinções honoríficas do período, a comenda da Ordem de Cristo, depois da compra de vinte ações do Banco do Brasil, e com isso, passou a ser mais usualmente citado como comendador Meirelles⁶.

A atuação do negociante no Maranhão foi marcada pelo seu fortalecimento econômico e também pela ativa participação política nos embates que permearam a região na primeira metade do século XIX. A década de 1820 foi marcada por três principais eventos que dividiram a província: a adesão ao movimento constitucional do Porto (1821); a forte oposição ao projeto de independência, só ocorrendo a “adesão” do Maranhão em 1823; e, legitimada a separação política, a elite estabelecida na região buscou consolidar seu apoio ao recém criado Brasil, além de demonstrar fidelidade ao rei⁷. Meirelles foi peça chave na legitimação do governo constitucional de Bernardo da Silveira Pinto da Fonseca, após a Revolução do Porto, assim como fez forte oposição a independência (ao ponto de ser expulso em 1823 após a “adesão” do Maranhão). Em contrapartida, após 1825, se empenha em provar sua fidelidade ao novo império do Brasil⁸.

A década de 1830 não foi menos conturbada, ainda marcada por grande instabilidade política sendo o período em que eclode duas importantes insurreições da província: a

³ (O) *Bemtevi*, nº 10, 01/08/1838, p. 37.

⁴ PASSAPORTE do governador e capitão-general do Maranhão, D. Diogo de Sousa, para que Antonio José Meirelles possa viajar a Lisboa no navio Príncipe Atalante. 1800, Setembro, 1, São Luís do Maranhão. AHU, ACL, CU, 009, Cx. 112, D. 8747.

⁵ Em 1805, é confirmada a patente de “tenente do regimento de milícia da Vila de Guimarães” ao negociante com a justificativa de “fazer-lhe mercê” por ter prestado serviço real com “pronta satisfação”. Anos depois, em 1814, Meirelles recebe a patente de “capitão de Granadeiros do Regimento de Milícias da cidade de São Luís do Maranhão”. Confirmação de patente de tenente do regimento de milícia da vila de Guimarães a Antônio José Meirelles. APEM, Livro 17, 1805. Fl.81v. Confirmação de patente de capitão de Granadeiros do Regimento de Milícias da cidade de São Luís do Maranhão. APEM, Livro 18, 1814. Fl.119.

⁶ BN, *Seção de Manuscritos*, Coleção de Documentos Biográficos, C 423, 31.

⁷ Para análises mais detalhadas sobre o contexto da década de 1820 na província do Maranhão Cf. GALVES, 2010; 2011.

⁸ Sobre o reposicionamento de Antonio José Meirelles após a “adesão” do Maranhão a independência Cf. CUTRIM, s/d.

Setembrada, em 1831, e a Balaiada, em 1838. O jornal *Bemtevi*, citado acima, disseminava o posicionamento liberal radical na província a partir de 1838, ano em que assume como presidente de província o conservador Camargo⁹. De acordo com o jornal, os “portugueses” eram os responsáveis pela exclusão dos “brasileiros”, ou seja, os liberais, e pela corrupção do governo. Consequentemente, o personagem principal criticado no periódico é o negociante Antonio José Meirelles, que seria, segundo os liberais, o líder da comunidade portuguesa na província, constantemente denominado “feiticeiro absolutista”¹⁰. Desse modo, a elite estabelecida no Maranhão começa a ser dividida, *grosso modo*, entre Bem-te-vis (liberais) e Cabanos (conservadores).

Nesses contextos de intensas contendas políticas foi ativa a participação de Antonio José Meirelles, ao mesmo tempo em que se fortaleceu como negociante. Sua atuação nas esferas política e econômica ecoou ainda em diferentes regiões ao redor do Atlântico. Não só em vida, como também após sua morte. Meirelles falece em São Luís em outubro de 1838 deixando relevante fortuna, mas sem esposa ou filhos legítimos. O montante bruto do seu espólio¹¹ somava a quantia de 371:151\$490 réis, valor bastante relevante para o período¹². As principais herdeiras passavam a ser as filhas legitimadas D. Joana Meirelles e Sá e D. Maria de Meirelles e Sá. No entanto, Bruno Antonio de Meirelles¹³, irmão do falecido comendador, inicia um processo questionando a posição de D. Joana e D. Maria como filhas e herdeiras da fortuna. O novo embate protagonizado pela família Meirelles também esteve

⁹ O redator do jornal (*O Bemtevi*) foi Estevão Rafael de Carvalho, que era professor substituto de geografia e história no Liceu maranhense. O periódico começou a circular em 1838 devido o retorno de um presidente de província conservador, Vicente Camargo. Nos anos anteriores os liberais exaltados tinham conseguido se manter no poder, como o presidente anterior Antonio Pedro da Costa Ferreira (ASSUNÇÃO, 2015, p. 334-335).

¹⁰ Após a independência o termo “português” ganhou outras conotações, significando o homem branco da elite local que domina o cenário econômico e político do Maranhão. Assim, muitas vezes, aqueles denominados de “portugueses”, eram percebidos naquela sociedade como um grupo indesejado. Antonio José Meirelles era entendido como “português” desde a década de 1820, principalmente pela sua ativa participação contrária a adesão do Maranhão a independência.

¹¹ A transcrição do inventário de Antonio José Meirelles encontra-se entre a documentação levantada pelo grupo de pesquisa Família e Poder, liderado pela prof. Dra. Antônia da Silva Mota do PPGHIS-UFMA. Gentilmente o grupo disponibilizou o acesso ao documento. O original encontrava-se no Arquivo do Tribunal de Justiça-MA, contudo, não foi mais localizado.

¹² Das fortunas maranhenses, apenas José Gonçalves da Silva, conhecido como o “Barateiro”, alcançava montante superior à do comendador Meirelles. No momento da sua morte, em 1821, a casa comercial de Gonçalves da Silva estava avaliada entre “seis a sete milhões de cruzados” (MOTA, 2012, p. 117-118). Depois da morte de “Barateiro” e da liquidação da sua casa, a firma Antonio José Meirelles & Cia. desponta como “a mais importante entre os estabelecimentos lusitanos da praça maranhense” (VIVEIROS, 1954, p. 167). BN, Seção Manuscritos, C-491,007, 1824.

¹³ Bruno Antonio Meirelles vivia em Caxias, sendo também conhecido como rico negociante. Ao lado do irmão, atuou contra a “adesão” do Maranhão à Independência. Em 1824, ao solicitar mercê da Ordem de Cristo, apresenta suas áreas de atuação: “Capitão do 1º Regimento de Milícias da vila de Caxias”; “um dos maiores proprietários de prédios urbanos”; e “o mais considerável Lavrador e Negociante”.

relacionado com o ultramar, visto que as duas mulheres saíram de Lisboa para continuarem os negócios no Maranhão e para resolver a querela criada pelo tio.

A historiografia recente dedicada à análise de redes mercantis no mundo português ressalta as interconexões entre as diversas localidades do império luso. Segundo João Fragoso (2002, p. 100), “o império apresentava certas identidades que eram dadas por seus circuitos comerciais transoceânicos, suas formas de acumulação e mais, pelos negociantes que circulavam e fizeram fortunas em meio a este mare lusitano”. Assim, esses homens de negócios, atuantes desde o final do século XVIII, passam a fazer parte do que Maria Fernanda Bicalho (2005, p. 94) chama “redes imperiais”, nas quais as interações não estavam delimitadas ao âmbito local ou regional, nem subordinadas à metrópole.

A capacidade de formar redes nas bordas do Atlântico será a base utilizada para analisar a trajetória dos negócios de Antonio José Meirelles, percebendo as relações que estabeleceu em portos como Lisboa, Londres, Liverpool e Angola. Nesta perspectiva, o objetivo do presente trabalho é analisar a trajetória de Antonio José Meirelles a partir das suas interações com outras praças comerciais no ultramar, diferentes regiões com as quais ele manteve negócios, crédito, alianças e dissensos. Além disso, observar como o seu poderio econômico repercutiu no além-mar após sua morte, com a chegada de Portugal de duas filhas prontas para administrarem a Casa comercial deixada pelo pai e para encararem o litígio gerado em torno da herança.

A discussão será pautada no inventário do próprio Meirelles (1838), em folhetos que explicitam os embates com os quais se envolveu, como *Carta introdutória de Antonio José Meirelles Sobrinho* (1822); nos jornais *Conciliador* (1821-1823), *(O) Amigo do Homem* (1825-1827) e *Chronica Maranhense* (1838-1841); e nos livros de identificação de proprietários de navios no Maranhão, entre 1809 e 1833.

Antonio José Meirelles: “rico Proprietário, e acreditado Negociante”

O início da atuação dos negociantes no Maranhão, segundo Garcia de Abranches, deu-se com o monopólio do comércio de escravos por esse grupo, após a extinção da Companhia do Grão-Pará e Maranhão. De acordo com o mesmo autor, no primeiro momento, a relação entre eles e os lavradores alavancou o progresso local com o “esplendor da lavoura” e foi proveitosa para ambos, já que havia um “termo racionável dos preços”. No entanto, o fortalecimento do grupo mercantil passou a prejudicar os lavradores com o progressivo aumento do preço dos escravos. Na visão de Abranches (1822, p. 13; 28-29), foi quando se firmaram, na praça de São Luís, as “casas de negócios monstruosas” às custas da

“prática deste inaudito comércio”. É nesse contexto vantajoso para os negociantes que atuou Antonio José Meirelles. Segundo Jerônimo de Viveiros (1954, p. 167), autor contemporâneo que escreveu sobre o comércio na província, as três maiores casas comerciais do Maranhão, no início do século XIX, eram José Gonçalves da Silva & Cia, Simplicio Dias da Silva e Antonio José Meirelles, Ferreira & Cia., consideradas pelo autor como tão notáveis quanto as firmas inglesas.

Como já destacado, o negociante manteve-se como principal personagem criticado quando o assunto era fazer reclamações sobre o contexto do Maranhão. Os embates impressos permitem observar o acionamento de relações feitas pelos negociante ao redor do Atlântico.

Em 1822, Antonio José Meirelles Sobrinho produziu uma carta em Liverpool que refutava acusações feitas ao tio e agradecia pelo “nobre testemunho” de doze negociantes lisboetas sobre a “Honra e Probidade do Caráter” do comendador. A partir do impresso, observam-se algumas alianças mercantis estabelecidas por Antonio José Meirelles em diversas regiões. Primeiramente, com o próprio sobrinho que o representava comercialmente em Liverpool havia cinco anos, além da “longa experiência de 15 anos do seu escritório. Nos anos como correspondente, teria pago por ordem do tio “a enorme soma de £25,0006 réis” por prêmios de seguro, valor referente às companhias com as quais o tio mantinha negócios: dez companhias em Liverpool e os “Senhores Diogo Burn e Cia. de Londres” que também efetuava “seguros por conta” (MEIRELLES SOBRINHO, 1822, p. IV-V).

O estabelecimento do sobrinho do comendador em Liverpool não era por acaso, visto que o negociante manteve ativo fluxo de negócios com os ingleses ao longo do século XIX. Desde 1809 Meirelles aparece como proprietário de navios com destino a Liverpool e, em fevereiro de 1822, consta no jornal *Conciliador* a entrada de seis navios para a firma Meirelles, Ferreira & Cia., metade deles ¹⁴ referente a embarcações saídas de portos britânicos: duas de Liverpool e uma de Cork (atual República da Irlanda)¹⁵.

Dentre os portos da Inglaterra o porto de Liverpool era o principal destino da exportação do algodão, tanto em número de embarcações como no de sacas e arrobas exportadas entre 1821 e 1822. Importante indício da intensidade do câmbio comercial São Luís/Liverpool está nos registros da inspeção do algodão, no Maranhão, que apresentam o valor aproximado das exportações no ano de 1821 com o total de 963:211.821 réis, dos

¹⁴ Outras embarcações tinham regiões da América do Norte como portos de saída: Baltimore e Filadélfia. *Conciliador*, nº60, 6/2/1821, p.6.

¹⁵ *Conciliador*, nº60, 6/2/1821, p.6.

quais, 62% correspondiam à demanda de um único porto da Inglaterra, o de Liverpool. Em comparação, a somatória dos dois portos de Portugal – Lisboa e Porto – representava 28,8% do valor total. E os portos franceses, Havre e Rouen, juntos, representavam os 8,83% restantes¹⁶. Entendem-se, assim, as válidas razões pelas quais o sobrinho do comendador Meirelles se instalou em Liverpool para administrar os negócios da família. Além de demonstrar que as transações comerciais com a Inglaterra não eram feitas exclusivamente pelos negociantes ingleses.

A atuação inglesa nos negócios do Brasil é relacionada por parte da historiografia com a modernização, percebendo que o controle do comércio exportador e importador brasileiro pelos ingleses suplantou a forma arcaica dos negociantes portugueses e da sociedade escravista brasileira (GUIMARÃES, 2012, p. 229). Em relação ao Maranhão Matthias Rohrig Assunção (2015, p. 250; 254; 279) também compara a atuação dos negociantes portugueses e ingleses, considerando os últimos com maior predominância no comércio exterior maranhense, a partir de 1812. Isto porque, faltava para os negociantes portugueses liquidez e crédito no além-mar. Com os lucros mercantis concentrados nas mãos dos negociantes ingleses não houve, segundo Assunção, um processo de acumulação interna tão significativo quanto no Rio de Janeiro, principal praça comercial do período.

No entanto, ainda que a atuação inglesa tenha sido relevante na região, impulsionada principalmente pela acentuada produção algodoeira, a trajetória de Antonio José Meirelles aponta para outras perspectivas em relação aos homens de negócio portugueses estabelecidos no Maranhão. O comércio com a Inglaterra elucida o fortalecimento dos seus negócios a partir da praça comercial de São Luís, além de permitir estabelecer relações em diferentes regiões. Exemplo desta interação encontra-se no folheto publicado no Rio de Janeiro, em 1831, pelo advogado e juiz de fora da cidade de Fortaleza Manoel José Cardoso Júnior, com o intuito de atestar as relações comerciais de Meirelles com a praça comercial. O advogado apresenta defesa ao comendador contra a acusação, feita pelo “Snr. Encarregado do Negócios em Londres”, de estar em débito naquela praça. O autor explica que a acusação era infundada, pois sempre haveria quem honrasse possíveis dívidas da firma do “rico Proprietário, e acreditado Negociante”, já que eram conhecidas as “infinitas vezes” que havia feito negócios na praça de Londres.

Para Cardoso Junior seguramente seria a casa comercial de Meirelles o estabelecimento do Maranhão que pagava imediatamente suas dívidas na Inglaterra, além de ressaltar as relações comerciais com a firma Diogo Burn e Cia, mesma firma citada pelo

¹⁶ *Conciliador*, nº53, 12/1/1822, p.3.

sobrinho do comendador. Esses aspectos demonstram a continuidade dos negócios de Meirelles ao longo das décadas de 1820 e 1830 e principalmente a sua capacidade em manter crédito ao redor do Atlântico (CARDOSO, 1831), permitindo questionar a centralidade dos tratos comerciais nas mãos dos negociantes ingleses, como afirma Assunção.

Além da Inglaterra, as embarcações de Meirelles também se espalharam em outras regiões além-mar, alcançado portos como: Lisboa, Porto, Gibraltar e Havre de Grace. Importante destacar a quantidade de viagens feitas por navios do negociante que tinham como destino final alguma região da costa africana. Ao menos onze viagens saíram de São Luís em direção a importantes portos africanos, como: Angola, Benguela, Cabinda, Molembo e S. Tomé¹⁷. É sabido a importância do comércio negreiro para os negócios do século XIX e Meirelles não fugiu à regra, sendo apontado por Manolo Florentino (2014, p. 255) como um dos 17 maiores traficantes de escravos do porto do Rio de Janeiro, entre 1811-1830.

O folheto publicado por Antonio Jozé Meirelles Sobrinho (1822, p. V-VI) também ressalta para os negócios do tio com a África, mas sem especificar cidades ou regiões. Afirma ele, ser “o comércio do meu tio com a África o mais ativo dele, pois quatro ou seis Navios estão continuamente ocupados naquela Carreira” e com o desembolso de prêmios de seguros “por via dos Senhores Manoel Guedes Pinto e Joaquim Jozé de Sequeira do Rio de Janeiro, Sr. Manoel João dos Reis da Bahia e Sr. Antonio Francisco da Silva de Lisboa”.

Entre as embarcações chegadas ao porto de São Luís para Meirelles, registradas no *Conciliador*, poucas saíram da África: apenas em março de 1822 há a entrada de um bergantim proveniente da Angola “com escravatura”¹⁸. No entanto, o negociante promove, em 1823, o leilão em sua casa comercial de “uma porção de escravos boçais vindos de Angola”¹⁹. Anos mais tarde, Meirelles é citado no *Jornal do Comércio*, do Rio de Janeiro, como signatário de embarcações saídas da África: em 1827 a escuna Arcenia, do porto de Molembo com 372 escravos, dos quais 2 morreram²⁰, e em 1828, o bergantim N. Marques de Pombal, vindo de Cabinda, carregado de 334 escravos, e desses, 7 mortos²¹. Essa mesma embarcação é registrada como chegada ao porto de São Luís, em 1833, com “5 pretos”, além de carga de vinhos de propriedade de Meirelles, nesse caso, saída de Lisboa²². Os anúncios

¹⁷ APEM, Códices. Lv. 1.321 (1809-1822) e Lv. 1.324 (1822-1833).

¹⁸ *Conciliador*, nº74, 27/03/1822, p.6.

¹⁹ *Conciliador*, nº204, 25/06/1823, p.6.

²⁰ *Jornal do Comércio*, nº 24, 29/10/1827, p.3.

²¹ *Jornal do Comércio*, nº 120, 25/2/1828, p.4.

²² *Registro de entrada neste porto do brigue brasileiro Marquês de Pombal vindo do porto de Lisboa, de propriedade do Sr. Meirelles com 5 pretos na mesma tripulação*. 1833. APEM, F.1.S.7, 25/3/1833.

das viagens de negócios do comendador apontam para a abrangência das suas transações comerciais, assim como para sua manutenção em negócios marcados pelo alto risco, apesar da grande lucratividade, como era o caso dos comércio negreiro.

O comércio de escravos era marcado, em grande parte, por agentes não especializados e que não formavam um grupo permanente, isso é observado por João Fragoso (1998, p. 207-213) na praça do Rio de Janeiro, cujo mercado, segundo o autor, tinha “um caráter efetivamente modelado pelas flutuações conjunturais, onde a intensidade do aparecimento e desaparecimento dos seus comerciantes dependia das injunções conjunturais”. Ainda assim, observa-se um seleto grupo de negociantes e companhias que conseguiu manter-se por vários anos nessa área, como no caso do comendador Meirelles, caracterizando-o como integrante dessa elite mercantil colonial, composta pelos negociantes de grosso trato que representavam “o topo da hierarquia econômica” daquela sociedade. Esse formato do mercado negreiro explica-se pelo fato de ser um comércio sujeito a flutuações de lucratividade. Embora gerasse altos lucros, era um negócio instável, no qual comerciantes não especializados tinham dificuldade de se estabelecer em tempos de crise (FLORENTINO, 2014, p. 178).

A relação entre os negociantes portugueses e comércio negreiro é ainda ressaltada por Arlindo Caldeira (2013, p. 244-245), em que afirma ter sido o Brasil o receptor de “mais de 95% de todos os escravos trazidos de África em navios sob a bandeira portuguesa”, tanto antes como depois da independência. Segundo o autor, as medidas restritivas ao tráfico de escravos, iniciadas ainda na década de 1810, não afetaram o abastecimento desta mão-de-obra, logo ao contrário, havendo aumento exponencial tanto da quantidade quanto do preço dos escravos trazidos pelos portugueses.

Outro importante porto de circulação de negócios e influência de Meirelles foi Lisboa, como se vê na atestação em defesa do negociante assinada por doze negociantes²³ desta praça e publicada no jornal *Conciliador* em 1822. Os negociantes lisboetas alegavam que havia contra Meirelles “alguns indivíduos invejosos da sua fortuna e crédito, (já inabaláveis), que intentam manchá-lo em seu espirito publico”. O abaixo-assinado afirmava ainda terem eles sido sócios de Meirelles, além de seus correspondentes e de continuarem, até então, mantendo com ele transações comerciais. Por conta disso, os “antagonistas” do comendador não poderiam justificar suas acusações contra um “homem probo e

²³ Os doze negociantes abaixo assinados foram: Antonio Francisco da Silva, Jacinto Dias Damazio, José Diogo de Bastos, Antonio Ignacio do Porto, Estevão Fontes, Manoel de Souza Freire, Alexandre Antonio Machado, José Anacleto Gonsalves, Antonio José Bastos, Antonio José de Miranda, Junior, Jacinto Jozé da Cunha e João Martins Pereira Monteiro.

verdadeiramente honrado”²⁴. Entre os signatários, havia nomes de peso, como Manoel de Sousa Freire e José Diogo de Bastos, considerados por Jorge Pedreira (1995, p. 168-190; 393) como membros da “oligarquia dos contratadores”, ativos em Portugal desde o final dos setecentos. Ser correspondente comercial, como afirmavam os negociantes lisboetas, significava relações privilegiadas e obrigações recíprocas.

Observa-se, assim, que as relações mercantis de Antonio José Meirelles não ficaram restritas à praça comercial de São Luís, conseguindo atuar em diferentes portos que circundavam o Atlântico. O negociante é apontado por Jerônimo de Viveiros como alguém preocupado em “manter amizade com governadores e autoridades” graças a sua fortuna e a sua influência. O autor ressalta o poder econômico e as fortes relações mantidas pelo comendador com o Estado na província²⁵. Não eram desprezíveis também as relações que estabeleceu ao redor do império português, ao ponto de conseguir, por exemplo, mobilizar 12 negociantes para assinar publicação em sua defesa. A elite imperial se constituía por meio de intrincadas interações econômicas, político-administrativas, parentais e clientelares entre as diversas regiões da colônia e outras partes do império (BICALHO, 2005, p. 96), circulação que também ultrapassava os limites da nação portuguesa.

Durante o Antigo Regime, família e parentesco eram termos mais abrangentes, em primeiro lugar pela quantidade de pessoas que podia fazer parte de um mesmo grupo doméstico e, sobretudo, pelas relações familiares nem sempre estarem relacionadas a laços sanguíneos, e havia entre os indivíduos essa consciência (IMÍSCOZ; KORTA, 2010, p. 21). Michel Bertrand (1999, p. 116-117), pautando-se em J. Nicot, entende a noção de família, no Antigo Regime, como “grupo de parentesco” com dois tipos de solidariedade: “la de la sangre o del nombre; la del pan compartido”. A família procurava proteção, apoio e auxílio frente a dificuldades interpostas. Essa noção abrangente de família era também fundamental para as economias domésticas²⁶ desse período, em que as estratégias patrimoniais, matrimoniais e relacionais auxiliavam no status das elites nos intercâmbios econômicos.

²⁴ *Conciliador*, nº 58, 30/1/1822, p. 1.

²⁵ Viveiros transcreve trechos do jornal *Conciliador* (20/2/1822) com elogios a Pinto da Fonseca publicados por Antonio José Meirelles. Segundo o autor, o objetivo era conseguir “à sombra dessas amizades, polpudos lucros para sua casa comercial” (VIVEIROS, 1954, p. 167-169).

²⁶ José Maria Imízcoz e Oihane Korta (2010, p.15-27), ao analisarem as elites vasco-navarras, conceituam a ideia de *economia* ou economia doméstica referindo-se ao governo da casa comercial, onde o *pater familias* administrava, de forma reta e prudente, não apenas os bens materiais indispensáveis para o negócio, mas também os indivíduos que faziam parte daquele grupo de parentesco com o objetivo de aumentar e conservar ilibadas a casa e sua memória. Esses indivíduos compartilhavam uma “economia moral” pautada na solidariedade recíproca. Os autores ressaltam que “la casa y la familia no son sólo instituciones o cuerpos sociales, son también un conjunto cambiante de relaciones entre aquellos que las conforman, relaciones de conflictos y solidaridades”, alcançando a *economia* significado concreto a partir dessas relações.

Havia grande preocupação em manter a administração das casas de maneira reta e prudente, visto que a boa administração permitia à firma comercial chegar ao prestígio, e aos seus membros, à ascensão social (IMÍSCOZ; KORTA, 2010, p. 18-27).

Ao se fazer um paralelo entre a noção de família e de economia doméstica do Antigo Regime com carta de Meirelles Sobrinho, observam-se aspectos de permanências na forma de conduzir os negócios, no início do século XIX. O sobrinho do comendador ressalta o “dever” em “mostrar a minha Gratidão a meu Tio, pelos Obséquios que dele tenho recebido” (MEIRELLES SOBRINHO, 1822, p. IV), o que também aponta para o que José Maria Imízcoz (2010, p. 287-288) chama “economia moral”, ou seja, da consciência desses indivíduos em estarem inseridos em “una comunidad de intereses y de la importancia de cumplir con las obligaciones y solidaridades”. A escrita de Meirelles Sobrinho aponta para a lógica da *economia*, que busca a conservação da casa e da memória (IMÍSCOZ; KORTA, 2010, p. 23) ao listar documentos e acionar negociantes importantes e suas firmas para desqualificar o ataque “vil, malicioso, e sem fundamento, sobre o Caráter do meu Tio” (MEIRELLES SOBRINHO, 1822, p. III).

A importância da família para os tratos comerciais também é realçada por Jorge Pedreira, que afirma que os laços de parentesco asseguravam condições mais favoráveis tanto para os indivíduos que provinham de meios externos à praça de Lisboa, como para aqueles já inseridos nos negócios locais. A solidariedade familiar fornecia a base essencial para os negócios, já que eram sustentados pela confiança pessoal, pela probidade e pela boa fé dos sujeitos. O autor destaca ainda que “as ligações entre pais e filhos, tios e sobrinhos, entre irmãos e primos conformavam, em parte, a tessitura de relações por intermédio das quais se processava o negócio por grosso” (PEDREIRA, 1995, p. 242).

A partir da atuação do negociante em diversas áreas de comércio, nota-se sua inserção em círculos de sociabilidades, como destacados por Michel Bertrand (1999, p. 123); o que também lhe permitiu o acesso ao “capital social” que representava “las relaciones que los miembros da casa, en especial los señores, establecen en su comunidad o en otros ámbitos”, como destaca José Maria Imízcoz e Oihane Korta (2010, p. 26). Ao mobilizar, por exemplo, os negociantes lisboetas, a preocupação de Antonio José Meirelles era valer-se dos vínculos para manter sua imagem e assegurar a confiança no meio mercantil, há muito estabelecida. O capital relacional, associado à confiança, era fundamental para o bom andamento dos negócios, como destaca o pseudônimo de *Redator do Campeão*, ao final da defesa feita pelos negociantes lisboetas: “esse documento com semelhantes assinaturas, assaz evidencia quão destituídas de verdade são as Acusações infamantes feitas contra o Sr.

Meirelles [...] e muito feliz é aquele, que pode recolher para seu crédito, um semelhante documento!”²⁷.

Em uma “economia não concorrencial”, que ainda perdurava no início do século XIX, havia o jugo político sobre o econômico. A preocupação com a “personalidade encenada”²⁸ e com a confiança gerada desempenhava papel decisivo para a manutenção dos negócios e da rede mercantil (PESAVENTO, 2011, p. 98). Meirelles tinha em mente a importância desses aspectos para os seus negócios, chegando a afirmar que: “o menor acidente desfavorável pode prejudicar o conceito de um Negociante” (TEIXEIRA, 1833)²⁹.

A preocupação com a imagem de homem de grosso trato ilibado fez com que o comendador acionasse diferentes relações, as quais evidenciam a abrangência alcançada da sua atuação como negociante. A capacidade de mobilizar pessoas no ultramar para publicar defesas aponta também para a sua influência como homem de grosso trato, que consegue manter mesmo passando por reveses políticos.

Meirelles herdeiros: fortuna, negócios e dissensos

Como já apontado, a relevante fortuna acumulada por Antonio José Meirelles ao longo da sua atuação como negociante esteve atrelada a constantes polêmicas impressas, as quais se mantem até o seu falecimento em 1838. O jornal *Bemtevi*, que ao longo daquele ano teceu inúmeras críticas ao comendador, publicou nota de tributo a sua morte, chegando a declarar que nada tinha contra ele e só o combatia “por ele ser atleta do partido *feiticeiro*, dominando o Snr. Camargo diretamente por si”³⁰. Após sua morte foi possível a produção de um volumoso inventário, dividido em dinheiro, moeda, letras, embarcações, estoque do armazém, bens da sociedade, escravos, móveis urbanos, dívidas ativas e passivas, bens pessoais e utensílios domésticos. Esse poderia ser o fim das querelas ao redor do negociante, porém os conflitos continuaram, protagonizados pelos seus herdeiros.

Em 1838, após chegar em Lisboa a notícia da morte do importante negociante Antonio José Meirelles as irmãs D. Joana Meirelles e Sá e D. Maria de Meirelles e Sá se organizam para retornar ao Maranhão. Ao que tudo indica as filhas de Meirelles chegam em São Luís, em fevereiro de 1839, com o intuito de se estabelecerem na praça comercial.

²⁷ *Conciliador*, nº 58, 30/1/1822. p. 1.

²⁸ Personalidade encenada é o termo utilizado por Erving Goffman (2009, p. 229) para se referir a “uma espécie de imagem, geralmente digna de crédito, que o indivíduo (...) efetivamente tenta induzir os outros a terem a seu respeito”.

²⁹ BN, SOR, 040, 007, 02. Fl. 1.

³⁰ (O) *Bemtevi*, nº 28, 03/10/1838, p. 114.

Bastante compreensível, visto que seu pai conseguiu acumular importante patrimônio na região e principalmente construir imagem forte como “probo negociante”. Aspectos fundamentais para a manutenção de Casa comercial no século XIX, como já discutido. Sendo assim, as senhoras Meirelles – como mais tarde serão denominadas – desembarcam na província com todas as providências organizadas e ao lado dos também irmãos José e Antonio Jansen Paço, importantes aliados, como se verá adiante. Com a carta de legitimação de paternidade e sendo D. Joana de maior e D. Maria, mais nova, emancipada, foram rapidamente acreditadas como herdeiras legítimas do afortunado comendador Meirelles³¹.

No entanto, logo após as herdeiras assumirem a casa comercial, o irmão do negociante, Bruno Antônio Meirelles busca por meios jurídicos, e principalmente pela imprensa, deslegitimar a decisão tomada pelo Juiz de Órfãos de que tinham as Senhoras Meirelles de fato direitos sobre a herança e os negócios do falecido. No final de março de 1839 aparece aviso de Bruno Antônio no jornal *Chronica Maranhense* explicando os motivos pelos quais elas não poderiam seguir como sucessoras. A questão principal levantada por Bruno era o fato de Meirelles não ter deixado testamento e, assim, os herdeiros seriam ele e “seus irmãos e sobrinhos residentes no reino de Portugal”. Em relação às filhas, ele explica que Meirelles havia pedido “dispensa da Lei”, já que estas haviam nascido “de coito adúlterino e incestuoso”, para só poderem gozar dos bens caso deixasse explícito em testamento, concílio ou doação, porém, isto não aconteceu. Segundo Bruno, “aquelas legitimadas” buscaram entrar na herança como “herdeiras ab intestato”, ou seja, sucessoras de alguém sem testamento, no entanto, esse direito não lhes fora concedido. O objetivo do aviso era, então, advertir “todos os Impérios, Reinos e Repúblicas da Europa, que tem transações com a Caza do Comendador Antonio Jose Meirelles” que por ser ilegal a posse da herança pelas Senhoras Meirelles todas as transações comerciais feitas com elas seriam protestadas e anuladas pelo irmão do comendador³².

Como era de se esperar, o “odioso anúncio” foi seguido de réplica de D. Joana Meirelles e Sá e D. Maria de Meirelles e Sá. As herdeiras ficaram surpresas com a tentativa do tio de “escurecer o direito de sucesso (sic)” delas e de ameaçar anular as transações comerciais. A publicação de resposta era para reafirmar suas posições como “filhas legítimas, e únicas herdeiras”, explicando que como o pai morreu solteiro e sem descendentes ou ascendentes legítimos eram elas as herdeiras, visto que ele havia deixado uma escritura pública nas notas do Rio de Janeiro. Além disso, ressaltam que o próprio

³¹ *Chronica Maranhense*, nº 117, 16/03/1839 e nº 126, 17/04/1839.

³² *Chronica Maranhense*, nº 121, 31/03/1839, p. 490.

Bruno, quanto sua esposa e os outros irmãos e sobrinhos, reconheceram a carta de legitimação na época feita.

As herdeiras aproveitam ainda o anúncio para explicar como se deu a reviravolta no processo do inventário do pai. Como elas estavam em Portugal e Meirelles morreu sem testamento, foi nomeado curador da herança Manoel Joaquim de Azevedo, o qual iniciou seus trabalhos declarando serem D. Joana Meirelles e Sá e D. Maria de Meirelles e Sá herdeiras do comendador. Contudo, quando Azevedo recebe a função de tutor das herdeiras ele começa a apresentar embargos aos direitos da legitimação sem citá-las mais. Os ditos embargos, segundo elas, não poderiam ter validade nenhuma, visto que “a Carta de Legitimação estava executada com o inventario feito em seu nome, e igualmente a administração, estado esse, que não podia mais retrogradar como disposição do Alvará de 30 de Outubro de 1751”³³.

É importante destacar o fato de Manoel Joaquim de Azevedo ser genro de Bruno Antonio Meirelles, possivelmente este foi fator determinante para sua nomeação no processo do inventário. Segundo as irmãs, foi “a ambição de apoderar-se dos bens” que teria justificado a atitude de Azevedo de apresentar os referidos embargos. Além disso, no documento de legitimação consta todos os argumentos apresentados pelas herdeiras, como o reconhecimento do tio e a autorização de serem as sucessoras “ou por testamento ou ab intestado”³⁴.

A preocupação com a publicação dos dissensos, tanto de Bruno Antonio quanto das senhoras Meirelles, estava diretamente relacionada com as preocupações com os negócios. Se por um lado o irmão do finado comendador buscava denegrir a imagem da firma, por outro as herdeiras demonstravam esforço em assegurar a probidade da casa comercial herdada. Cuidado, inclusive, que também teve Antonio José Meirelles ao longo da sua trajetória permeada por embates, como já visto. Sendo assim, as senhoras Meirelles utilizam o anúncio para tranquilizar todos aqueles com quem possuíam transações, explicando como estava funcionando a casa comercial:

tem constituído seus bastantes e gerais procuradores aos senhores José Jansen do Paço, e Antonio Jansen do Paço, os quais estão encarregados da administração da Casa das Anunciantes com todos os poderes para ajustar as contas, receber, pagar, e continuar no giro da mesma Casa das Anunciantes e as pessoas que com a Casa destas tiverem transações com os ditos procuradores se podem entender a respeito³⁵.

³³ *Chronica Maranhense*, nº 121, 31/03/1839, p. 490.

³⁴ *Carta de legitimação de Joana de Meirelles e Sá e Maria de Meirelles e Sá*. 1839. BN, SOR, 040,011,061.

³⁵ *Chronica Maranhense*, nº 121, 31/03/1839, p. 490.

As questões relacionadas com família, parentesco e negócios, apontadas anteriormente, ressurgem também aqui após a morte do comendador. O conflito ocorrido no seio da família Meirelles indica que naquela economia doméstica as relações familiares começavam a serem transformadas. Perdia força a família sanguínea, visto que o tio se contrapunha às sobrinhas, enquanto passava a ser formada novo “grupo de parentesco” ao redor das herdeiras, com destaque para os seus procuradores José Jansen do Paço e Antonio Jansen do Paço. Nessa mesma perspectiva encontra-se a lógica de Bruno Antonio, que utilizou de estratégia matrimonial com o casamento da sua filha o também negociante da província Manoel Joaquim de Azevedo, aspecto ainda estendido para as relações e para o patrimônio, já que ambos se aliam com o objetivo de se beneficiarem da fortuna do falecido Meirelles.

A partir da década de 1840 Arthur Santos aponta para uma “elite política maranhense” que disputava poder político, a qual pleiteava cargos no governo central – como deputados e senadores, e também estava relacionada com a Assembleia Legislativa Provincial. Essa elite dividia-se entre Cabanos e Bem-te-vis, como já apontado, mas também ocorreram cisões dentro do grupo dos liberais (SANTOS, 2016, p. 54). Estavam diretamente inseridos nesse contexto os procuradores das senhoras Meirelles: José Jansen do Paço³⁶ e Antonio Jansen do Paço, personagens atuantes dentro do grupo liberal. Como procurador das herdeiras José Jansen do Paço também publica no *Chronica Maranhense* diversas explicações e defesas sobre o embate da herança, aproveitando ainda para fazer acusações a Bruno Antonio Meirelles. Além disso, é importante destacar que o periódico palco do conflito também era liberal, com seu redator João Francisco Lisboa atuando ao lado da família Jansen do Paço.

Os aliados das senhoras Meirelles tiveram papel importante nos conflitos que marcaram o grupo dos liberais nesse contexto. Segundo José Henrique Borralho, a província repercutia os acontecimentos da corte, principalmente em relação as dissidências políticas ocorridas dentro dos partidos. A primeira cisão liberal aconteceu em 1842 com o alijamento da candidatura de João Francisco Lisboa para Deputado Geral em detrimento de Isidoro Jansen (BORRALHO, 2009, p. 122). Questão que fez surgir, no interior do grupo liberal, a Liga Progressista, partido que sustentou a presidência da província de Joaquim Mariano Franco de Sá. Durante o governo deste, parte do partido Bem-te-vi se opõe à sua

³⁶ “O que se sabe do bacharel José Jansen do Paço é que foi deputado geral em três legislaturas (44/47,49/52, 69/72) e que entrou em colisão com a administração Franco de Sá após se considerar pessoalmente atacado pelo então Senador Costa Ferreira, grande apoiador político de Franco de Sá” (SANTOS, 2016, p. 57).

administração, ganhando o epíteto de Camarilha. Segundo a imprensa do período o chefe da Camarilha era José Jansen Paço (SANTOS, 2016, p. 57).

Interessante perceber, assim, que as herdeiras fizeram alianças com grupo que sempre fez forte oposição ao falecido pai, visto que o comendador Meirelles era reconhecido, e rechaçado por forte oposição, como contrário aos liberais³⁷. As alianças foram favoráveis às senhoras Meirelles, saindo José Jansen Paço em defesa delas no *Chronica Maranhense*.

No início de 1840 o procurador reafirma o direito que elas tinham em receberem a herança e aproveita para ressaltar todas as regiões que mantinham relações mercantis com a casa comercial das herdeiras, afirmando que havia transações com “outras nações da América” e com a “África, Ásia e Oceania” e o anúncio era remetido também “a todos os habitantes desses diversos lugares, esquecidos pelo Snr. Bruno”. Mesmo que Paço talvez utilizasse do exagero para enaltecer os negócios das herdeiras, com exceção da Ásia e da Oceania, as demais regiões foram importantes durante a trajetória de Antonio José Meirelles, como já analisado. Ao que parece, as relações além mar se mantêm após a morte do comendador.

O intuito da publicação do procurador era comprovar a “injustiça e má fé com que fizeram o Snr. Bruno iludir ao Publico de ambos os hemisférios, unicamente para prejudicar suas sobrinhas, a fim de vingarem o odioso, [...] e horroroso crime, de quererem elas suceder a seu Pai, nos bens que com tanto trabalho ele adquiriu, para por sua morte lhes deixar, como é público e notório”. Assim, termina o anúncio pedindo “encarecidamente” para que nem Bruno, nem seu genro colocassem mais embaraços no andamento da casa que muito lucrava as senhoras.³⁸

Ao que tudo indica que Bruno Antonio Meirelles e Manoel Joaquim de Azevedo não conseguiram prejudicar as filhas legitimadas. Entre 1839 e 1840 o *Chronica Maranhense* continuou publicando anúncios referentes ao “escritório das Senhoras Meirelles”, localizado na casa que morou o patriarca. Foi o escritório delas que ficou encarregado, por exemplo, de resolver as questões relacionadas a falência da casa comercial inglesa Alan e Smith, a

³⁷ Em artigo publicado no jornal *Chronica Maranhense*, em janeiro de 1839, há breve explicação sobre a organização partidária em voga na província. Segundo a publicação, os chefes da oposição seriam Joao Francisco Lisboa, redator do mesmo jornal, e Estevão Raphael de Carvalho, redator do periódico *Bem-te-vi*. Em contrapartida, o “partido contrario” levaria o nome de “partido Meirelles”. Ressaltando, assim, a imagem do comendador como opositor aos liberais, mesmo após sua morte. *Chronica Maranhense*, nº 105, vol. II, 28/01/1839, p. 423.

³⁸ *Chronica Maranhense*, nº 208 30/01/1840, p. 834.

qual foi parceira de Meirelles no monopólio do uso da máquina de arroz, em 1836³⁹. O que também aponta para a manutenção das relações mercantis ao redor do Atlântico.

Além disso, as alianças feitas pelas herdeiras na praça comercial de São Luís ultrapassaram o âmbito dos negócios. Na década de 1850 D. Joana aparece como esposa do desembargador José Mariani, em que os dois, juntamente com D. Maria, vendem um terreno que “o houveram por herança do falecido comendador Antonio José Meirelles” (MARQUES, 1870, p. 182). O desembargador Mariani era aliado dos irmãos Jansen Paço, compondo junto com eles o grupo dos Camarilhas (SANTOS, 2016, p. 58-66). Observa-se, assim que a Casa comercial do comendador manteve-se atuante, mesmo após sua morte. Possivelmente as estratégias no trato mercantil pelas senhoras Meirelles seguiram os passos do pai, visto que deram continuidade nas relações com outros portos e firmas no ultramar, além de buscarem alianças na região para manterem a boa imagem nos negócios herdados.

Considerações finais

A análise da atuação econômica do personagem Antonio José Meirelles auxilia na compreensão não apenas da dinamização da economia maranhense, ocorrida a partir do final do século XVIII, como também dos períodos conturbados que marcaram a província do Maranhão ao longo do século XIX. O negociante é apenas uma das figuras atuantes na província, sob o prisma dos tratos mercantis, que possibilitam diversas discussões. A observação pormenorizada da praça comercial de São Luís ainda precisa ser feita, visto que os homens de negócio da região, principalmente os portugueses, continuam com papéis coadjuvantes dentro da historiografia.

As alianças e as viagens comerciais feitas pelo negociante ao redor do Atlântico ressaltam o ativo comércio agroexportador da região, principalmente em relação ao comércio negreiro, significativo para uma região fortemente monocultora como foi o caso do Maranhão. O negociante, assim como outros homens de negócios, enriqueceram com o tráfico de escravos e percebiam como vantajoso estabelecerem como ponto de partida e de chegada das suas transações comerciais a praça de São Luís. Fluxo de comércio que marca a região no âmbito econômico e principalmente social.

³⁹ APEM. *Carta Imperial concedendo 10 anos de privilégios a Antônio José Meirelles e Além etc. Smith da propriedade e uso de uma máquina de sua invenção para descascar arroz*. Maranhão, 5 de setembro de 1836. Livro 21, doc. 3322. Fl. 59v-60.

Portanto, os negócios estabelecidos a partir da província do Maranhão pelo comendador Meirelles foram marcados principalmente pelas interações com outras praças mercantis, como o seu sobrinho cuidando dos negócios em Londres e a defesa que recebeu dos negociantes lisboetas. Estas foram importantes estratégias buscadas por Meirelles para conseguir manter sua imagem e seus negócios, visto que a sua trajetória foi marcada por intensos debates políticos que não cessaram mesmo após sua morte.

Ao que parece o falecimento de Antonio José Meirelles, em 1838, não prejudicou a continuidade dos negócios da Casa comercial, sob a direção das filhas legitimadas D. Joana Meirelles e Sá e D. Maria de Meirelles e Sá. As herdeiras chegam de Portugal e conseguem manter os tratos comerciais, mesmo passando por embates com o tio Bruno Antonio Meirelles. Para isso, as senhoras Meirelles utilizam de estratégias similares àquelas utilizadas pelo pai para conseguir manter os negócios em meio aos reveses, como o acionamento de relações e publicação de defesas. Ainda que o grupo de alianças tivesse sido marcadamente opositor ao comendador.

Sendo assim, a atuação mercantil de Antonio José Meirelles possibilitou deixar para as herdeiras uma Casa comercial consolidada que manteve negócios no Maranhão e além-mar até pelo menos 1850. As relações comerciais estabelecidas ao redor do Atlântico foram fundamentais para a consolidação desta fortuna, além de auxiliar na compreensão das diferentes dinâmicas econômicas existentes ao longo do século XIX. A fortuna, os negócios e as interações desse grupo que permitiram manter ativas movimentações oceânicas a partir da praça de São Luís.

BUSINESS OVERSEAS: THE COMMERCIAL HOUSE OF ANTONIO JOSÉ MEIRELLES AROUND THE ATLANTIC (C. 1820 - C. 1840)

Abstract: The purpose of this article is analyzing a business trajectory of Antonio José Meirelles, thinking about his connection with different parts of the Atlantic, like Lisbon, London, Liverpool and Luanda. Meirelles was an executive in Maranhão during the nineteenth century and his mercantile relations with other localities overseas allowed the dealer to maintain business, credit, alliances and conflicts. In addition, it will be noted how his economic strength reverberated abroad after his death, when the arrival of Portugal his daughters ready to manage the business left by the father and envisage the conflict about their inheritance rights.

Keywords: Antonio José Meirelles. Business. Comercial square of São Luís. Atlantic.

Referências

1) Fontes

a) Manuscritas

ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO. PASSAPORTE do governador e capitão-general do Maranhão, D. Diogo de Sousa, para que Antonio José Meirelles possa viajar a Lisboa no navio Príncipe Atalante. 1800, Setembro, 1, São Luís do Maranhão. AHU, ACL, CU, 009, Cx. 112, D. 8747.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO. Confirmação de patente de tenente do regimento de milícia da vila de Guimarães a Antônio José Meirelles. Livro 17 f.81v, 1805.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO. Confirmação de patente de capitão de Granadeiros do Regimento de Milícias da cidade de São Luís do Maranhão. Livro 18, fl.119, 1814.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO. Registro de entrada neste porto do brigue brasileiro Marquês de Pombal vindo do porto de Lisboa, de propriedade do Sr. Meirelles com 5 pretos na mesma tripulação. 1833. F.1.S.7, 25/3/1833.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO. Carta Imperial concedendo 10 anos de privilégios a Antônio José Meirelles e Além etc. Smith da propriedade e uso de uma máquina de sua invenção para descascar arroz. Maranhão, 5 de setembro de 1836. Livro 21, doc. 3322. Fl. 59v-60.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO. Códices. Proprietários de Navios. Lv. 1.321 (1809-1822) e Lv. 1.324 (1822-1833).

BIBLIOTECA NACIONAL - RJ. Coleção de Documentos Biográficos. Seção Manuscritos. Antonio José Meirelles. C 423, 31.

BIBLIOTECA NACIONAL - RJ. Coleção de Documentos Biográficos. Seção Manuscritos. Bruno Antonio Meirelles. C- 0491,007. 1824.

b) Impressos

(O) Conciliador – MA (1821-1823)

(O) Amigo do Homem - MA (1824-1827)

(O) Amigo do Homem (1825-1827)

Chronica Maranhense (1838-1841)

Gazeta do Rio de Janeiro -RJ (1809-1822)

CARDOSO, Manoel José. *Resposta as reflexões, que no diário do governo de 28 de outubro deste anno.* Rio de Janeiro: Tipografia de R. Ogier, 1831. BN, Seção Obras raras, 040, 017, 008.

ESTEVEES, João Pedro. *Carta de legitimação de Joana de Meirelles e Sá e Maria de Meirelles e Sá*. Rio de Janeiro: Typ. Imp. E Const. De J. Villeneuve, 1839. BN, Seção Obras raras, 040, 011, 061.

MEIRELLES SOBRINHO, Antonio José. Carta Introdutória. In: MEIRELLES, Antonio José. *Refutação das infames calúnias dos senhores Honório José Teixeira e quarenta e sete outras pessoas do Maranhão*. Liverpool: Impresso por Roberto Rockliff, 1822. Biblioteca Nacional de Portugal.

2) Bibliografia

ABRANCHES, João Antônio Garcia de. *Espelho crítico-político da Província do Maranhão*. Lisboa: Tipografia Rolandiana, 1822.

ASSUNÇÃO, Matthias Rohrig. *De caboclos a bem-te-vis. A formação do campesinato numa sociedade escravista: Maranhão 1800-1850*. São Paulo: Annablume, 2015.

BERTRAND, Michel. *De la familia a la red de sociabilidad*. Revista Mexicana de Sociologia, no.2, Abril-Junho, 1999.

BICALHO, Maria Fernanda Baptista. Elites coloniais: a nobreza da terra e o governo das conquistas. História e historiografia. IN: MONTEIRO, Nuno Gonçalo; CARDIM, Pedro; CUNHA, Mafalda Soares da (org.). *Optima Pars: Elites Ibero-americanas do Antigo Regime*. Lisboa: ICS, 2005.

BORRALHO, José Henrique de Paula. *A Athenas Equinocial: a fundação de um Maranhão no Império brasileiro*. Tese apresentada ao programa de História da Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2009.

CALDEIRA, Arlindo Manuel. *Escravos e traficantes no império português: o comércio negreiro português no Atlântico durante os séculos XV a XIX*. Lisboa: A esfera de livros, 2013.

CUTRIM, Luisa Moraes Silva. “Massa dos brasileiros transatlânticos”: a reinserção do negociante Antonio José Meirelles no Maranhão pós-independência (1825-1831). *Revista Outros Tempos*, vol. 15 n° 26. No Prelo.

FLORENTINO, Manolo. *Em costas negras: uma história do tráfico negreiro de escravos entre a África e o Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX)*. São Paulo: Editora Unesp, 2014.

FRAGOSO, João Luís Ribeiro. *Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1998.

_____. Mercados e negociantes imperiais: um ensaio sobre a economia do Império português (séculos XVIII e XIX). *História: questões e debates*. n° 36. Editora UFPR, 2002.

GALVES, Marcelo Cheche. “Aderir” “Jurar” e “Aclamar”: o Império no Maranhão (1823-1826). *Revista Almanack*. Guarulhos, n. 01, p.105-118. 2011.

_____. *“Ao público sincero e imparcial”*: Imprensa e Independência no Maranhão (1821-1826). Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal Fluminense. Niterói. 2010. Publicada em 2015.

GOFFMAN, Erving. *A representação do eu na vida cotidiana*. Petrópolis: Vozes, 2009.

PESAVENTO, Fábio. Para além do Império Ultramarino Português: as redes trans. e extra imperiais no século XVIII. In: GUEDES, Roberto. (Org.). *Dinâmica imperial no antigo regime português: escravidão, governos, fronteiras, poderes, legados* (Séculos XVII-XIX). Rio de Janeiro: Mauad X, 2011.

GUIMARÃES, Carlos Gabriel. *A presença inglesa nas finanças e no comércio no Brasil imperial: os casos da sociedade bancária Mauá, Macgregor & Co. (1854-1866) e da firma inglesa Samuel Phillips & Co. (1808-1840)*. São Paulo: Alameda, 2012.

IMÍSCOZ, José Maria; KORTA, Oihane Oliveri. Economía doméstica y Redes Sociales: una propuesta metodológica. IN: *Economía doméstica y redes sociales en el Antiguo Régimen*. Madrid: Sílex, 2010.

IMÍSCOZ, José Maria. *Solidaridades y Conflictos. Las relaciones personales en la construcción de economías compartidas y dinámicas duraderas*. IN: *Economía doméstica y redes sociales en el Antiguo Régimen*. Madrid: Sílex, 2010.

MARQUES, César Augusto. *Dicionário histórico-geográfico da província do Maranhão*. Typ. da Palma, Maranhão. Biblioteca do Senado. 1870.

MOTA, Antônia da Silva. *As famílias principais: redes de poder no Maranhão colonial*. São Luís: Edufma, 2012.

PEDREIRA, Jorge Miguel de Melo Viana. *Os homens de negócio da praça de Lisboa de Pombal ao Vintismo (1755-1822): diferenciação, reprodução e identificação de um grupo social*. Dissertação de doutoramento em Sociologia. Universidade Nova de Lisboa, 1995.

PESAVENTO, Fábio. Para além do Império Ultramarino Português: as redes trans. e extra imperiais no século XVIII. In: GUEDES, Roberto. (Org.). *Dinâmica imperial no antigo regime português: escravidão, governos, fronteiras, poderes, legados* (Séculos XVII-XIX). Rio de Janeiro: Mauad X, 2011.

SANTOS, Arthur Roberto Germano. *Uma história de partidos: organização e atuação políticas da elite maranhense a partir da Assembleia provincial e da presidência de provincial (1842/1857)*. Dissertação de Mestrado apresentada no programa de pós-graduação em História da Universidade Federal de São Paulo. Guarulhos, 2016.

VIVEIROS, Jerônimo de. *História do Comércio do Maranhão (1612-1895)*. São Luís: Associação Comercial do Maranhão, 1954.

SOBRE A AUTORA

Luísa Moraes Silva Cutrim é mestre em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF); doutoranda em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF); Pesquisadora do NEMO – Núcleo de Estudos do Maranhão Oitocentista da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA).

Recebido em 31/10/2018

Aceito em 08/12/2018